



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS / CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE EM CIÊNCIAS
AGRÁRIAS E CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**RESISTENCIA QUE ATRAVESSA GERAÇÕES: TITULAÇÃO E
RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO
DE CALADOS, BAIÃO-PARÁ**

GILDETE DE FREITAS MEDEIROS

Artigo apresentado à Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) da Universidade Federal do Pará-Campus Universitário do Tocantins/Cametá (UFPA) como requisito para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora: Prof.^a Dra. Silvaneide Côrte Brilho.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado à obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Educação do Campo, da Faculdade de Educação do Campo, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará.

Data: 07/02/2022



Prof.ª Dra. Silvaneide Santos de Queiroz Corte Brilho – Orientadora
(UFPA/CUNTINS/FECAMPO)



Prof.ª Dra. - Hellen do Socorro de Araújo Silva/Avaliadora interna
(UFPA/CUNTINS/FECAMPO)



Profa.– Dra. Rosemeire Oliveira Souza
Avaliadora externa
(UFPA/CUNTINS/FECH)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por sempre me conduzir no caminho da Luz, do amor, da esperança e da fé. Por me dar forças e não permitir que eu desistisse da minha caminhada acadêmica e pessoal.

A minha querida e amada mãe *Margarizete Leite de Freitas Medeiros*, que sempre esteve comigo até sua partida, e continua sendo meu grande amor, minha amiga e companheira, meu maior exemplo de mulher guerreira, persistente, forte, amorosa e carinhosa. Obrigada por cada ensinamento, cada conversa, cada sorriso, por todo amor e carinho, por cada incentivo, por tudo. Sei que de onde estiver, estará feliz e torcendo sempre por mim.

Agradeço a minha orientadora, que tanto admiro, Professora Doutora Silvaneide Queiroz Corte Brilho, pela orientação, respeito, cuidado, compreensão e amizade.

Ao meu pai Paulo Gonçalves Medeiros pelo apoio, companheirismo, dedicação, amor e cuidado de sempre.

Agradeço ao meu amigo e companheiro Nélison Sousa, por toda força, compreensão, amor carinho e respeito que teve comigo ao longo dessa caminhada acadêmica e por cada incentivo de todos os dias.

Aos meus professores e professoras do Curso de Licenciatura em Educação do campo, em especial a Prof.^a Dra. Hellen Silva e Prof.^a Madalena Freire que admiro muito e por serem mulheres de referência para mim e muitas outras.

Agradeço aos meus colegas de turma por toda troca de conhecimento, em especial as minhas colegas e amigas Beatriz Sá, Daiane Moia, Letícia dos Santos, sou grata por ter vocês em minha vida e pela nossa linda relação de respeito, amor, carinho e compreensão e amizade

Aos meus irmãos e irmãs por todo apoio de forma direta e indiretamente e por terem contribuído na minha trajetória de vida.

Agradeço a minha amiga, Ailse Cristina, por cada palavra e apoio e por tudo o que fez por mim durante todos esses anos.

A Associação de Remanescente de Quilombo de Calados (ARQCC) por ser peça fundamental na conclusão deste curso.

Agradeço a Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ) pelo companheirismo, apoio e respeito.

A Universidade Federal do Pará – UFPA- que me proporcionou essa oportunidade, que muito contribuirá em minha trajetória profissional, social e pessoal.

Agradeço ao cursinho popular Intelekt e a organizadora do mesmo Francielma Brito, por ser sido uma das primeiras alunas e ser resultado um trabalho lindo e voluntário.

A todas as pessoas que direta e indiretamente colaboraram para o sucesso deste trabalho.

E por fim, agradeço a toda a minha comunidade quilombola de Calados por tudo, por sempre me acolher e contribuir para a realização deste trabalho, obrigada pela relação de amor, respeito e muita luta pelos nossos direitos, o meu profundo agradecimento.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
3- COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALADOS.....	13
3.1- Economia e reprodução social.....	16
3.2- Acesso à educação.....	20
3.3- Organização social.....	24
3.4- Mulheres e juventude Quilombola.....	25
4. TITULAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CALADOS.....	28
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
7- REFERÊNCIAS.....	36

RESISTENCIA QUE ATRAVESSA GERAÇÕES: TITULAÇÃO E RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALADOS, BAIÃO-PARÁ

Gildete Medeiros¹

RESUMO

Para as comunidades remanescente de quilombos o direito ao território é central, para isso, a titulação – um processo administrativo realizado pelo Estado – é etapa fundamental na reivindicação de permanência na terra, do respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade. A luta pela titulação de terra da comunidade remanescente de quilombo de Calados-Baião, (PA), remonta à história de muitas gerações. Objetivou-se conhecer essa história da comunidade, as dificuldades encontradas para obter o título de posse como território quilombola destacando o protagonismo das mulheres e da juventude quilombola na comunidade. A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa de abordagem qualitativa por orientar-se à uma perspectiva mais interpretativa e construtivista. Com isso, ressalte-se a capacidade efetiva de organização, nos gestos de solidariedade. Os conhecimentos e experiências de luta e resistência na comunidade remanescente de quilombo de *Calados* também contribuíram e ainda contribuem para as famílias se organizarem neste período pandêmico.

Palavras chaves: remanescentes de quilombo, titulação, mulher, juventude

ABSTRACT

For the remaining quilombo communities, the right to the territory is central, for this reason, titling - an administrative process carried out by the State - is a fundamental step in claiming permanence on the land, respecting the link with culture and ancestry. The struggle for land titling of the remaining quilombo community of Calados-Baião, (PA), dates back to the history of many generations. The objective is to know this history of the community, the difficulties encountered to obtain the title of possession as a quilombola

¹ Mulher negra, quilombola da comunidade de Calados, Baião-Pará, e discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e Naturais, Universidade Federal Pará, Centro Universitário de Tocantins - Cametá-PA, Brasil.

territory, highlighting the protagonism of women and quilombola youth in the community. The methodology used in this study is qualitative research, as it is oriented towards a more interpretive and constructivist perspective. With that, the effective capacity of organization, in the gestures of solidarity, is emphasized. The knowledge and experiences of struggle and resistance in the remaining quilombo community of Calados also contributed and still contribute to families to organize themselves in this pandemic period.

Keywords: quilombo remnants, Title, Woman, Youth

1- INTRODUÇÃO

O processo de reconhecimento e de titulação da comunidade quilombola de Calados-Baião-PA é de suma importância. Por abordar uma questão específica quando o assunto é este segmento camponês no Brasil e da Amazônia, a *reivindicação de permanência na terra*. Pois, para estes grupos rurais a continuidade no seu território encontra-se recorrentemente ameaçada por parte de empresas e do poder público. As ações políticas movidas por esses camponeses na nossa região estão diretamente ligadas a base epistemológica do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá onde ingressei como estudante da comunidade quilombola de *Calados* em 2016.

Localizada a margem direita do Rio Tocantins², a 17 km da cidade de Baião-Pará, com acesso a mesma se dando de forma fluvial ou terra firme. Como membro da comunidade de *Calados* senti a necessidade de estudar o processo de titulação e pesquisar o caminho percorrido pela comunidade para obtenção do título oriundo da solicitação de demarcação de terras. Além de buscar compreender os distintos tempos históricos da deste processo no que diz respeito ao antes e o depois da titulação.

Contudo, para as comunidades remanescente de quilombos o direito ao território é central. Para isso, a titulação – um processo administrativo realizado pelo Estado – é etapa fundamental na reivindicação de permanência na terra, do respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade. Com defesa de um regime de usufruto comum contrário a apropriação privada instituído pelos órgãos fundiários. A luta pela titulação de terra da comunidade remanescente de quilombo de Calados-Baião, (PA), remonta à história de luta de muitas gerações, ou seja, é um processo de vida contínuo e com valores e costumes presentes desde seus antepassados até os dias atuais com as novas gerações, daí sua importância.

Além disso, pode-se dizer que não é um processo simples, e para que a titulação aconteça é preciso realizar várias etapas internas e externas a comunidade. Promover

² - O Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira. A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no nordeste do Pará, por onde passa a linha dividindo coincidentemente a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí. O Rio Tocantins, como parte desse complexo estuário amazônico, se comunica com o Rio Pará, se junta ao Rio Guamá e vai formar a Baía do Guajará e o conjunto fluvial da foz do gigante Rio Amazonas, o qual despeja diariamente milhões de metros cúbicos de água doce no Oceano Atlântico (Costa, 2006, p.21).

assembleia, expor a importância e formar uma direção com representantes locais são aspectos internos a comunidade. Feito isso, deve-se seguir os procedimentos exigidos pelo INCRA³ que é a instituição responsável pelo processo de titulação e reconhecimento das áreas remanescentes de quilombo. Atualmente são reconhecidas 240 comunidades como quilombolas no Pará (INCRA)

Entretanto, a autodefinição de comunidade remanescente de quilombo está diretamente ligada a relação que esse grupo étnico possui com a terra, o território, a ancestralidade, a tradição e as práticas culturais. A importância da preservação desse patrimônio assegura a potencialização e a garantia de seus direitos territoriais.

Obter o título de posse da terra é fundamental para a preservação da cultura e para o modo de vida das comunidades remanescente de quilombos, importante categoria social no Brasil e na Amazônia, como já afirmamos. O que nos possibilitou a seguinte questão problema como membro da comunidade e estudante de licenciatura em educação do campo: qual a importância para a comunidade rural de *Calados* obter a titulação de suas terras como remanescente de quilombo? Além de conhecer a história de luta e resistência da comunidade, quais dificuldades encontradas para obter o título de posse como território quilombola destacando o protagonismo das mulheres e da juventude quilombola na comunidade.

Diante disso, é preciso destacar como surgiram os territórios quilombolas para assim entender melhor a importância dos mesmos, sua resistência perante a sociedade atual com crescentes demandas do capitalismo agrário que privilegia os grandes proprietários de terra e grandes empresas. Ameaçando os povos do campo que dependem de políticas públicas e da garantia de seus direitos para permanecer no seu território.

2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para que ocorresse a realização da pesquisa foi preciso usar métodos voltados para a resolução do problema em questão, que é entender como se deu o processo de titulação deste território quilombola conhecido como comunidade de Calados, localizado no município de Baião-PA. Tais métodos baseiam-se em autores que dialogam sobre as questões relacionadas a regiões camponesas e quilombolas diante disso, alguns instrumentos foram usados como forma de facilitar para que os objetivos sejam alcançados.

³ Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos (INCRA).

A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola de Calados, município de Baião-PA, sendo esta uma de muitas outras comunidades que existem no mesmo município, como mostra Quadro 1 abaixo.

QUADRO 01

Nº	REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE QUILOMBOLA	INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELA TITULAÇÃO
1	Norte	PA	Baião	CALADOS	INTERPA
2	Norte	PA	Baião	CARDOSO	INTERPA
3	Norte	PA	Baião	SANTA FÉ	INTERPA
4	Norte	PA	Baião	ARAQUEMBAUA	INTERPA
5	Norte	PA	Baião	BAIXINHA	INTERPA
6	Norte	PA	Baião	ITAPERUÇÚ	INTERPA
7	Norte	PA	Baião	JOANA PERES	INTERPA
8	Norte	PA	Baião	BAILIQUE	INTERPA
9	Norte	PA	Baião	UMARIZAL CENTRO	INTERPA
10	Norte	PA	Baião	UMARIZAL BEIRA	INTERPA
11	Norte	PA	Baião	PARITÁ MIRI	INTERPA
12	Norte	PA	Baião	BOA VISTA	INTERPA
13	Norte	PA	Baião	FUGIDO RIO	INTERPA
14	Norte	PA	Baião	PAMPOLONIA	INTERPA
15	Norte	PA	Baião	VARGINHA	INTERPA
16	Norte	PA	Baião	ANILZINHO	INTERPA
17	Norte	PA	Baião	ICATÚ	INTERPA
18	Norte	PA	Baião	FLORESTÃO	INTERPA
19	Norte	PA	Baião	ENGENHO	INTERPA
20	Norte	PA	Baião	CAMPELO	INTERPA
21	Norte	PA	Baião	CUPU	INTERPA
22	Norte	PA	Baião	IGARAPÉ-PRETO	INTERPA
23	Norte	PA	Baião	CARANAZAL	INTERPA
24	Norte	PA	Baião	APARECIDA	INTERPA
25	Norte	PA	Baião	BAILIQUE	INTERPA
26	Norte	PA	Baião	SÃO BERNARDO	INTERPA
27	Norte	PA	Baião	FLORESTÃO	INTERPA
28	Norte	PA	Baião	SANTO ANTONIO	INTERPA

Fonte: IBGE-2019: Pesquisa de campo/ elaboração própria

Os dados da tabela mostram que existem aproximadamente 28 comunidades quilombolas no município de Baião, estado do Pará. Ou seja, um número grande com

relação a outros municípios próximos. Além disso, muitas comunidades ainda estão na luta pela titulação de suas terras, mostrando-se presentes nos movimentos sociais que acontecem dentro das comunidades do município.

A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa de abordagem qualitativa por orienta-se à uma perspectiva mais interpretativa e construtivista. Ela responde a questões muito particulares e se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, (Minayo, 1992).

É também uma pesquisa bibliográfica onde foi análise documental e investigação de materiais publicados, como livros, artigos, periódicos e internet. Fazendo ainda um questionário pré-elaborado para as entrevistas, além, de usar aparelho celular para registro do momento e gravações das conversas autorizadas, além de papel e caneta para anotações e Caderno de Campo resultando ainda em uma Pesquisa Social.

Equacionar as infinitas possibilidades dessa prática não é fácil, talvez por isso sejam raros os textos sobre Diários de Campo. Mesmo em livros técnicos sobre Metodologia de Pesquisa Social, fala-se em geral de passagem, sobre a necessidade de bem anotar, sobre a importância do registro, mas não se discutem as implicações e as dificuldades de fazê-lo (Whitaker, 2002).

É evidente que a simples confecção de um caderno de campo não pode funcionar com antídoto para nossos preconceitos mais os textos aqui arrolados como a vigilância provocada pelas discussões teóricas dos grupos e a ânsia de compreender podem produzir já iniciação científica, uma postura adequada e altamente dialogada em relação aos sujeitos pesquisados. E mostram ainda mais descrições e os desenhos feitos em diários ou cadernos de campo que não só facilitaram, como são testemunhos dessa postura (Whitaker, 2002).

Pensando nisso, a Pesquisa Social torna-se essencial no processo de compreensão da realidade, pois somente a partir desta pesquisa, o entrevistador e entrevistado dialogam e reafirmam os registros e anotações que são essenciais nesta construção de conhecimento e valorização dos saberes locais e culturais que existem no território quilombola pesquisado.

Para que o objetivo seja alcançado, foi preciso fazer uma pesquisa de campo, entrevistando os moradores e moradoras mais idosos da comunidade, assim como jovens sendo a maioria mulheres como mostra a quadro 2:

QUADRO 2: Entrevistados (as) da comunidade remanescente de quilombo de Calados

Nome, Idade, Escolaridade e Profissão dos			
Nome fictício	Idade	Escolaridade	Profissão
Maria	95 anos	Fundamental incompleto	Agricultora e pescadora
Thiago	79 anos	Fundamental incompleto	Agricultor e pescador
Joana	65 anos	Fundamental incompleto	Agricultura e pescadora
Ana	50 anos	Fundamental completo	Agricultora e pescadora
Rosa	43 anos	Graduação completa	Agricultora e Professora
Fernanda	30 anos	Graduação completa	Agricultora e professora
Domingas	25 anos	Ensino médio completo	Agricultora e pescadora
Paulo	22 anos	Ensino médio completo	Agricultor e pescador
José	20 anos	Ens. Médio- andamento	Agricultor e estudante
Socorro	18 nos	Ens. Médio- andamento	Agricultor e estudante

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração própria

De acordo com a tabela 2, pode-se entender que as entrevistas possibilitam maiores riquezas de conteúdos da realidade e que são inseridos no caderno de campo da pesquisa realizada neste território. Diante disso, os conteúdos se tornam mais ricos porque são baseados em falas de pessoas que vivem a realidade exposta aqui neste trabalho possibilitando uma maior compreensão do que se pretende apresentar.

3. COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALADOS.

A comunidade remanescente de quilombo de *Calados*, fica localizada no município de Baião, no estado do Pará, é uma comunidade ribeirinha e camponesa, formada por aproximadamente 300 famílias. Sua dinâmica social é marcada pela relação com a terra, o trabalho e os laços de família; o criar, o fazer, o cultivar e extrair os recursos da natureza fortalecem, ao mesmo tempo, as afirmações quanto ao pertencimento, identidade, memória e territorialidade. Essas relações são marcadas pela permanência de regras que foram passadas de geração para geração. Cujas convivência e organização social possui na solidariedade e na reciprocidade como base o uso comum da terra e do rio que eram e continuam sendo os principais meios de vida das famílias.

A comunidade de Calados, foi fundada no dia 25 de julho de 1863, localizada a margem direita do Rio Tocantins. Denominado como 1º Distrito de Baião-PA, há aproximadamente 17 km da sede, o acesso a comunidade pode ser por via fluvial ou pelas estradas do chão, estrada do Maracanã e estrada do Limãozinho, fazendo limites ao Norte com a Comunidade de Santa Fé, ao Sul com a Comunidade de Vila Dutra, a Leste com o Caranazal e a Oeste com o Rio Tocantins.

Segundo relato do Sr. Thiago de 79 anos, a Comunidade recebeu esse nome devido ao primeiro morador.

“Antes o lugar era chamado de Irmandade, não sabemos o porquê, e já era habitado por um morador que tinha o nome de Antônio Calados, este começou sua vida construindo sua casa no lugar onde hoje é a Rampa, neste mesmo lugar, construiu sua família e se mantinham da sua agricultura e da pesca, com o passar do tempo, todos começaram a se deslocar e tomar caminhos diferentes. Tempos depois e gradativamente vieram outras famílias como as do: Cândido Siqueira, José Medeiros, Raimundo Ribeiro, Pedro Magnum Machado e Catarina Medeiros, assim, os mesmos homenagearam o primeiro morador colocando seu sobrenome como o nome da Comunidade, desde então, a mesma tem o nome de Calados.”

A vida *Caladense* começou a mudar no ano de 1942, com chegada de um cametaense chamado João Moreira, que implantou o primeiro comércio, que ficou conhecido como *Cuchará*, onde facilitou a compra de produtos industrializados e a venda de produtos cultivados e extraídos da floresta. Com isso, não sendo mais tão necessário esperar o Regatão.

O Sra. Joana de 65 anos, constituiu sua família na localidade e junto com os moradores fundaram a *Irmandade* e construíram a primeira igreja (Santa Maria de Calados), a *Rampa* e o primeiro *Salão Comunitário*. Não havia na comunidade também, posto de saúde e abastecimento de água, escola, as casas eram todas de barro, os que tinham uma condição melhor, tinham casas de madeira, mais de alvenaria, ninguém possuía na época.

A comunidade faz questão de usar seu modo de vida camponês na luta pela permanência na terra, fortalecimento sua cultura, tendo como base os movimentos que aconteceram no Estado, de forma coletiva, resultando em conquistas importantes para a história dos povos do campo das águas e da floresta.

A primeira festa no salão comunitário, também foi realizada no ano de 1950, em 15 de agosto, mais antes da construção do salão da comunidade, eram festejadas nas casas dos moradores, isso fazia parte dos movimentos que a comunidade fazia para ajudar uns aos outros, pois o trabalho em equipe fazia parte da realidade de todos, como diz a sra. Maria:

“Era muito bonito a forma como o povo se ajudava, ninguém passava dificuldade porque nós fazíamos movimentos na comunidade pedindo ajuda para os moradores, às vezes fazíamos uma noite cultural com arrecadação de alimentos para ajudar os que tinham mais necessidades, sempre procuramos eleger um morador mais antigo para nos representar e fazíamos

cooperação para as viagens de ir em busca de recursos na cidade para nossa comunidade.”

Atualmente, ainda há a festa dançante, porém, sem bebidas alcoólicas⁴, fazem comidas, salgados e outros, para serem vendidos no local durante o festival de prêmios que também acontece durante a festa no salão comunitário, na Figura I, pode-se perceber o tamanho do mesmo e a importância para receber pessoas que vem de outras comunidades vizinhas.

Figura I: Salão comunitário



Fonte: CC Santa Maria, 2019

Essa proibição das bebidas alcólicas aconteceu a 6 (seis) anos atrás, com um decreto feito pela Paróquia Santo Antônio que fica localizada no município de Baião-PA e que é responsável pelas comunidades cristãs que fazem parte da mesma. Isso aconteceu por questões próprias da paróquia e as comunidades abraçaram a causa.

Porém, a festa de tradição com bebida ainda acontece na comunidade no mês e agosto, mas em salão particular, onde se organizam com várias atrações musicais e que também acabam sendo tradição na comunidade. Sendo considerado um dos maiores festivais do município em geral.

3.1 Economia e reprodução social

Em Calados até a década de 1950, todos viviam do extrativismo e da pesca quando os produtos industrializados passaram a entrar na comunidade através de embarcações

⁴ a proibição das bebidas alcoólicas se deu através da Paróquia Santo Antônio - responsável pelas atividades da religião católica nas comunidades do município de Baião/PA- que permitiu a realização das festas religiosas somente com comidas típicas e venda de produtos feitos na comunidade, tudo em prol da festividade da padroeira da comunidade.

conhecidas como *regatão*⁵, que percorriam os rios comercializando produtos e atracava no porto de 15 em 15 dias. Havia muita dificuldade para comercializar seus produtos, pois na época, não tinha comércio nem *rampa* e também não havia um local apropriado para as embarcações, assim teriam que esperar o *regatão*.

No dia 18 de agosto de 1954, a *Irmandade de Calados*, reuniu-se e inaugurou a rampa da comunidade, esse mesmo grupo, juntamente com *Colonos do Angelim*, abriram o “*Ramal de Calados*” para transportar os gêneros agrícolas. A “*Rampa*” mudou radicalmente a vida das famílias remanescente de quilombo em Calados, trouxe benefícios que sem a *Rampa* provocava uma longa espera pelo Regatão. Viajar durante dias e dias para comercializar seus produtos na capital era comum, assim como, tudo ia e vinha de Belém-PA, único polo econômico da região. Na figura II, mostra a *Rampa* em período atual, onde está sendo muito usada, por conta das enchentes no período de inverno amazônico.

Figura II: Rampa da comunidade



Fonte: CC Santa Maria 2021

Até a década de 1960 quase não havia pessoas trabalhando como assalariadas, as relações de produção e distribuição se baseavam na troca direta de produtos das florestas como látex de seringueira (*Hevea brasiliensis* – família: *Euphorbiaceae*- Espécie vegetal: *Lactífera*), maçaranduba (*Manilkara triflora* – família: *Sapotáceas*- Espécie: *Manilkara*)

⁵ - Mercado que percorria os rios de barco, parando em vários povoados, fazendo ainda a troca dos produtos do campo com os produtos industrializados que eles vendiam.

e o tabaco (*Nicotiana tabacum* – família: *Solanaceae* – Espécie: *Magnoliopsida*) por produtos como o remédio, querosene, sal, açúcar, ou seja, o que não se produziam.

Muitas famílias melhoraram suas condições de vida, que na década de 1960, não tinha como comprar bens de consumo duráveis e semiduráveis. Na figura III, tem-se um registro do pimental em tempo de colheita, onde a safra varia entre julho a setembro.

Figura III, Pimenta-do-Reino



Fonte: Medeiros, 2021.

Comenta a sra. Maria (95 anos), que a mais recente transformação foi a introdução do cultivo da pimenta-do-reino na localidade.

“A Pimenta-do-reino, veio transformar nossa vida, que foi facilitada devido ao acesso do agricultor aos programas de incentivos do Governo Federal, inexistente na década de 60 nas localidades, através de associações de sindicatos, com financiamento junto aos programas do governo. Nós presenciamos que o cultivo da Pimenta agregava muito mais valores, isso facilitou a aquisição de novas residências e reformas de outras.”

Com a pimenta – do – reino em alta, teve acesso a créditos para trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais e assim puderam satisfazer outras necessidades de consumo. Na área da educação, a pimenta também trouxe benefícios, pois muitos trabalhadores rurais tiveram condições de enviar seus filhos para estudar na cidade e apoiar as despesas dos mesmos. Apesar disso, sabe-se que na realidade, não bastava apenas ajudar nas despesas, muitos jovens acabavam trabalhando em serviços domésticos como forma de pagamento pela hospedagem e alimentação e muitos nem se quer estudavam.

A comunidade presenciou a transformação rápida na economia e no social através dos rendimentos da pimenta. O cultivo agrícola da pimenta-do-reino, apesar de ser um fator

gerador de maiores rendimentos implica em um curto intervalo de tempo, devido a sua sazonalidade aproximadamente dois meses. Gerando rendimentos somente durante o preparo para a comercialização.

A pimenta - do – reino veio para o município de Baião-PA, expandiu-se para as localidades, através de um padre com representatividade forte, nos anos de 1990 e contribuiu para o desenvolvimento de Calados.

A economia da comunidade é movimentada também, pela comercialização da farinha de mandioca, que tem todo um processo de roça, queima, plantio e somente depois a colheita para, assim, fazer o preparo da farinha tanto para o autoconsumo das famílias como para comercialização ou troca por outros produtos.

A farinha de mandioca e produtos derivados⁶ são fontes importante de rendimento das famílias, principalmente porque são usados como fonte de alimentação das mesmas. É uma das culturas mais fortes que existe na comunidade e por isso, possui sua valorização passada de geração em geração. Todo o processo de produção até chegar a fase final é intensivo no uso da mão de obra familiar tornando a tarefa cansativa para muitos. O que requer que a família priorize a divisão do trabalho para evitar sobrecarga para apenas uma ou duas pessoas.

O pescado também sempre fez parte da vida da comunidade, pois, permite que as famílias tenham o que comer ou com que trocar. O trabalho com a pesca acontece com poucas pessoas, uma, duas, três e até mesmo quatro pessoas sendo pessoas de sua própria família, homens e mulheres.

A pesca é realizada de várias formas, no período defeso⁷, é usado mais vara de caniço e linha com anzóis, já que é proibida a pesca com malhadeira⁸. Quando a pesca está aberta, usam-se as malhadeiras para “*casseiar*”⁹ – sendo esticada a malhadeira com boias grandes para não encostar no chão, e acompanhar a maré, indo na correnteza da água, com o acompanhamento dos pescadores e pescadoras e assim, trazer o peixe para suas famílias.

⁶ Os produtos derivados da mandioca são, farinha de tapioca, mingau de farinha, tucupi, tapioca para beiju, e casca da mandioca para alimentar os gados e porcos.

⁷ O período de defeso é o período em que as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas. Este período é estabelecido de acordo com a época em que os animais se reproduzem na natureza.

⁸ Rede de pesca, principal apetrecho empregado na pesca nas comunidades ribeirinhas da região Amazônica.

⁹ É uma prática de pesca, onde os pescadores soltam a rede de malhadeira no rio e vão acompanhando até que os peixes sejam pegos. Os peixes que geralmente pegam são mapará e apapá.

A comercialização do pescado é rara, pois muitas famílias dependem da atividade da pesca, ou seja, cada família vai em busca do seu próprio alimento descartando assim a necessidade de compra e venda na comunidade. Além disso, o pescado está começando a apresentar escassez, devido as grandes transformações que aconteceram nas últimas décadas na região do *Baixo-Tocantins* depois da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí¹⁰ que influenciou na reprodução e na quantidade de peixes no rio.

Atualmente a pesca ocorre das seguintes espécies: Apapá (*Pellona castelnaeana*), aracú (*Leporinus friderici*), pescada (*Merluccius merluccius*), tucunaré (*Cichla spp*), pacú-péua (*Piaractus mesopotamicus*), sardinha (*Sardinops sagax*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), mapará (*Hypophthalmus edentatus*), dourada (*Salminus maxillosus*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), piranha (*Serrasalmus rhombeus*), traíra (*Hoplias malabaricus*), acarí (*Pterophyllum scalare*), jejum (*Hoplerythrinus Unitaeniatus*), tamatá (*Hoplosternum littorale*), branquinha (*Psectrogaster amazônica*), caratinga (*Piaractus brachypomus*), curimatã (*Prochilodus spp*). Alguns já não são encontrados como antes como pirarucu (*Arapaima gigas*), pirarara (*Phractocephalus hemeliopterus*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), peixe-galinha (*Gallus domesticus*), covina (*Plagioscion squamosissimus*), barbado (*Pinirampus pinirampu*), jutuarana (*Brycon sp*), jacundá (*Crenicichla lenticulata*), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), bagre (*Clarias gariepinus*), pirarara (*Phractocephalus hemeliopterus*)

A energia elétrica existia somente em no município de Baião/PA, nas comunidades rurais existia energia gerada por motores movidos a óleo diesel, apenas em 2006, a comunidade passou a receber energia elétrica produzida pela HE de Tucuruí, através do “Programa Luz para Todos” no Governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Lembra o Sr. Thiago de 79 anos:

“A construção da barragem trouxe muitos benefícios para nós, pois com a energia elétrica podemos conservar nossos alimentos mantendo-os por mais tempo evitando muitas vezes o estrago dos mesmos. Mas, houve muitos problemas como o principal, a escassez do pescado, isso nos afetou de forma acelerada, além da água ficar totalmente inadequada para ser usada para beber, causando muitas doenças nas crianças como a diarreia, ficamos sem saber o que fazer com tudo”.

¹⁰ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma central hidroelétrica no Rio Tocantins, no município de Tucuruí (a cerca de 300 km ao sul de Belém), no estado do Pará, com uma capacidade geradora instalada de 8.370 MW.

Compreende-se, que mesmo com as dificuldades e os impactos da hidrelétrica no território o povo resiste e continua na luta pela vida. O prazer e a necessidade de pescar e plantar, ensinaram que é preciso saber se relacionar com o meio natural desde os seus antepassados, pois ele é quem oferece os recursos necessários para viver, e que mesmo diante da escassez de alimentos é possível continuar com a prática ancestral de extrativismo e produção. Com isso, a plantação se tornou cada vez mais presente nesta comunidade, não apenas do pau da maniva¹¹ para a colheita da mandioca, mas também na plantação de várias espécies de verduras e leguminosas que contribuem para alimentação das famílias.

3.2 A escola

A educação é um direito social. Uma política de educação do campo requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo e, a partir dessa compreensão, impor novas relações baseadas na horizontalidade e solidariedade entre campo e cidade. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso. Assim, é importante a superação da dicotomia entre o rural e o urbano (Arroyo, Caldart e Molina 2004).

O paradigma da educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela. Concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Reconhece a importância da agricultura familiar ao reconhecer a diversidade do campo brasileiro. Além disso, no processo de redemocratização do Brasil, fortaleceram as lutas e a organização dos diferentes tipos de movimentos sociais, dentre eles, os organizados no campo, cujas agendas de reivindicações preveem a extensão de direitos, como a educação. Essas mudanças no campo implicam a necessidade de um novo paradigma da educação do campo (Arroyo, 2004).

A primeira escola da comunidade de Calados, foi construída em 1973, para o funcionamento das aulas, somente com uma sala e uma pessoa responsável pela “merenda”, na época chamada de “Escola Estadual de Calados” composta por professores da própria comunidade.

A segunda escola foi construída em 1985 com duas salas de aulas e uma cozinha. Em agosto de 2013, passou a funcionar a Educação Infantil, devido a construção da terceira escola chamada de “Escola Polo de Calados José Corrêa de Medeiros”. Com isso, os alunos

¹¹Produto usado para enterrar nas covas feitas na terra do roçado, para que possa produzir a mandioca-utilizada para fazer a farinha e a folha da maniva-utilizada para fazer maniçoba.

do ensino Fundamental e Médio passaram a estudar na nova escola, os da Educação Infantil, continuaram na segunda escola.



Figura IV: Fonte, Medeiros, 2021

O nível de escolaridade na comunidade era muito baixo, somente até a quarta série. Devido a falta de estrutura predial muitos estudavam embaixo de árvores e na casa das próprias famílias que nem sempre tinha espaço suficiente. Somente em 1973, foi construída a primeira sala de aula e em 1985, foram construídas mais duas salas que até então o grupo escolar passou a ser chamado de “Escola Estadual de Calados”, foi no ano de 1998 que mudou novamente para “Escola Municipal de Calados” e nos anos de 2005, “Escola Municipal de Ensino Fundamental ‘José Corrêa de Medeiros’”. Prossegue a professora Ana de 50 anos.

“Mesmo com todas as mudanças e avanços ocorridos na comunidade, principalmente na área da Educação, com a construção de novos prédios para funcionamento das aulas, a situação na escola não era das melhores, apesar de termos ótimos professores. A escola estava e está funcionando em situação precária, não havendo sala de aula para a demanda de alunos, algumas turmas eram obrigadas a estudar em lugar impróprio, dificultando ainda mais a aprendizagem dos mesmos”.

Dessa forma, no ano de 2011 começou a construção da Escola Polo de Calados, uma obra conquistada pela comunidade de Calados e também uma obra de compensação da empresa hidrelétrica devido os impactos causados pelo projeto hidrelétrico, através do Programa Para a Jusante da Barragem de Tucuruí (PPDJUS), Conselho do (PPDJUS) em parceria com a Prefeitura Municipal de Baião-PA.

A escola Polo foi inaugurada no dia 25 de maio de 2012, e a partir dessa data a escola mudou novamente de nome, passando a se chamar Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental “José Corrêa de Medeiros”, figura V. Hoje, atende 307 alunos da

comunidade e polariza para comunidades vizinhas como *Santa Fé, Vila Dutra, Caranazal, Limãozinho e Angelin*.

FIGURA V



Fonte, Medeiros, 2021

A escola também apoia os grupos sociais que são extremamente importantes para a comunidade, temos entre eles a *Associação de moradores, Representantes da Colônia dos pescadores Z-34, Grupos de Jovens e Associação do Clube de Esporte Caladense*, estes junto com o apoio da comunidade e escola tentam conscientizar a população sobre os acontecimentos e as lutas existentes na comunidade. A mesma também leva em conta a importância da Identidade Cultural, dando apoio as manifestações culturais: *samba de cassete, boi-bumbá, quadrilha junina, carimbó e carnaval*, como afirma dona Joana de 65 anos.

“A cultura da nossa comunidade é muito rica, moramos em um lugar conhecido por muitas pessoas que quando veem se encantam pelas belezas e a diversa cultura que temos. E isso nos deixa orgulhosos, pois todas elas são muito importantes para nós. Porque identificam quem somos e porque somos diferentes dos outros e isso não tem preço, recebemos por isso através dos elogios das pessoas de fora. E a Escola tem ajudado a comunidade nesse ponto porque valoriza essa cultura levando-a para as salas de aula e para a realidade do aluno.”

A educação escolar na comunidade abrange fatores que possibilitam o entendimento do processo de ensino e aprendizagem. Como a ausência de professores da comunidade formados em matemática e português. Com isso, é necessário que venham professores de áreas urbanas dos municípios ministrar disciplinas, fazendo com que muitas vezes a ausência em sala de aula seja contínua. Prejudicando o avanço dos conteúdos e até a compreensão dos educandos e educandas.

Diante disso, os profissionais que atuam em diversas áreas e que são da própria comunidade enfrentam desafios como os conteúdos dos livros didáticos elaborados dentro de uma concepção urbanocêntrica. E apresentam uma realidade que não valoriza a cultura e o saber das comunidades remanescente de quilombo. Desta forma, muitos professores e professoras tentam ser flexíveis e relacionam os conteúdos com a realidade, outros, porém não tem essa mesma preocupação.

Essas discussões se acentuaram com o debate e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que propõe, no artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Outro fator que interfere no processo de ensino-aprendizagem é a alimentação escolar oferecida. Pois, os alimentos vêm em pouca quantidade, com baixo valor nutricional e para poucos dias do mês, durando as vezes apenas uma semana. Além disso, a alimentação escolar não faz parte da cultura alimentar quilombola. Outro aspecto ainda que cabe destacar é que muitas vezes a alimentação na escola é a única alternativa de refeição no dia para os estudantes quilombolas.

A educação quilombola na escola deve partir dos princípios de uma educação integral, isto é, reconhecer o território e a comunidade como parte do processo educativo. Porém, isso ainda não acontece, mas pode-se dizer, que é um processo de construção da relação dos conteúdos com realidade dos educandos quilombolas, da comunidade, dos educadores e da gestão da escola.

Nesse sentido, Arroyo, Caldart e Molina (2004) esclarecem que a escolaridade rural deve ter como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. A escola, ao ser levada ao campo, depara-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, culturas heterogêneas, sujeitos diferenciados, com valores e aspirações próprias.

3.3 Organização social

A luta dos povos do campo, das águas e da floresta no Baixo Tocantins é considerado uma das mais antigas e importantes do campesinato da Amazônia, onde o caráter combativo é uma das suas características. Com isso, destacam-se dois momentos históricos na luta em busca da emancipação: o movimento da Cabanagem, revolução ocorrida no século XIX, e o movimento de resistência conhecido como Anilzinho, anos 1970, quando o país ainda vivia o governo militar (Almeida, 2009).

A Cabanagem (1835-1840) é um dos momentos mais significativos nessa trajetória de insurgência do período regencial do Brasil. Avalia-se que pela primeira vez os oprimidos conseguiram chegar ao poder. Entretanto, o movimento agrupava representantes das elites locais e o e as camadas populares da região. O nome do movimento é uma referência às moradias humildes das comunidades ribeirinhas. A repressão contra a revolta cabana chegou a assassinar cerca de 30% da população do Pará na época, estimada em cem mil habitantes (Almeida, 2010).

Já o movimento do Anilzinho se constitui como um marco recente do campesinato do Baixo Tocantins. O movimento que aconteceu no município de Baião-PA foi o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores alinhados politicamente como o “novo sindicalismo”.

Esse conflito ocorreu em 1979, numa região denominada Anilzinho, situada às margens de um rio do mesmo nome. Constituiu um fato importante no processo de adesão da Igreja Católica local à luta pela terra que já iniciara em diversas regiões do Brasil e sobre a qual a Igreja Católica manifestou publicamente, por meio do documento “Igreja e problemas da terra” (CNBB 1980)

A trajetória do campesinato amazônico na busca pela emancipação registra várias mediações, que transitam por partidos políticos, segmentos da Igreja Católica, ONG's, entre outros. A Igreja Católica é um dos mediadores mais presentes a partir da década de 1960 e avança até a década de 1990.

Na caminhada camponesa amazônica, foi relevante a presença da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) na formação do STR, associações e cooperativas. experiência de Cametá, são conhecidas as comunidades cristãs que fomentaram experiências com o cultivo da pimenta-do-reino, a criação e cantinas comunitárias e a assistência técnica (CNBB, 1980).

Na década de 1990, registrou-se uma vasta mobilização camponesa e de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o país em busca do reconhecimento econômico, social e

político. Nesse contexto de lutas, realizam-se mobilizações no município de Cametá-PA e no município de Tucuruí-PA na luta pela energia elétrica.

Os acampamentos que tiveram a participação do bispo D. José Elias só foram desfeitos após acordo e recebimento de fax do ministro das Minas e Energia da época atendendo à reivindicação dos acampados no fim da década de 1990 (CNBB, 1980). A conquista do Fundo Constitucional do Norte (FNO) especial é considerada um marco do momento recente da luta sindical dos(as) trabalhadores(as) rurais do Baixo Tocantins. Assim também é percebida a eleição de representantes da categoria em diferentes níveis de poder: Executivo e Legislativo em escalas municipal e estadual.

Em certa medida, um passo significativo na relação de poder contra as forças tradicionais. Além do FNO, a luta sindical alcançou outras políticas públicas para a região, como o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf)¹² (Almeida, 2009).

Se o momento inaugural foi marcado pelo foguetório, o segundo não teve tanta celebração. Sucedeu um profundo endividamento. Entre os fatores indicados, encontra-se a ausência de habilidade do trabalhador/a rural com as entrelinhas da dinâmica bancária.

Gilson Costa (2006) sublinha que os camponeses foram duramente atingidos, enquanto os setores do agronegócio ligados à produção dos insumos agropecuários conseguiram lucrar bastante com a venda de maquinário e adubo químico.

Os registros históricos sobre as ações da *Prelazia de Cametá* com o incentivo da pimenta-do-reino sinalizam como limites, além da dinâmica de monocultura, o uso intensivo de adubos químicos. O golpe de misericórdia na monocultura de pimenta-do-reino foi a redução do preço no mercado externo. A outra fase diz respeito às linhas de financiamento do governo que tiveram como resultado o endividamento das famílias camponesas, o que resultou num clima de insegurança e desconfiança entre os (as) trabalhadores (as) rurais sobre qualquer intervenção externa. (Almeida, 2009).

3.4 Mulheres e juventude quilombola

O debate sobre o campesinato no Brasil e na Amazônia fortalece a luta dos povos do campo, das águas e da floresta para o enfrentamento das barreiras que surgiam e surgem no decorrer do processo de titulação das terras do campesinato negro.

¹² Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Em termos gerais, os estudos considerados clássicos sobre a categoria camponato, indicam que é a condição subordinada que o conforma nas diferentes sociedades escravocratas, feudais, socialistas e capitalistas, a partir da transferência do excedente da sua produção para outras classes sociais. A base de produção familiar e ou controle relativo sobre os meios de produção são outras características em comum nas observações de diferentes pesquisadores. Embora a condição subalterna e conforme, tal condição não anula a sua revolta antes os agentes de sua condição (Almeida, p.294, 2010)

Na comunidade de Calados, existem organizações coletivas de diversas áreas dentro da própria associação de moradores, com destaque para a participação das mulheres e da juventude. Como por exemplo, a equipe de *esportes, danças folclóricas, atos de solidariedade, abastecimento de água, sistema de saúde e limpezas das ruas.*

Para que isso fosse possível, foi preciso debate e discussão acerca das necessidades e de pautas importantes para comunidade. Existem ainda muitos desafios para serem enfrentados, porém com a titulação das terras e o reconhecimento da comunidade como quilombola ficou mais explícita a necessidade de participação de todos e todas.

O fortalecimento da cultura e identidade também passou por transformações, pois, durante o processo de reconhecimento e titulação houve receio de muitos moradores em aceitar e assumir a identidade quilombola. Desafios enfrentados e que hoje já não causam preocupação e estranhamento, principalmente quando se trata de defender os direitos da comunidade.

Durante o processo de reconhecimento da identidade foi possível destacar também protagonismo das mulheres e da juventude de *Calados*. Na fala dos entrevistados percebemos a importância desses sujeitos, como afirma Dona Joana de 65 anos:

“não sei o que seria de nós sem essas pessoas, mulheres e jovens. A muito tempo vivíamos da nossa cultura, do nosso jeito de plantar, falar, de viver com a família todos juntos num só lugar. Mas eu não sabia que esse nosso modo de vida, que nos sustenta, seria muito importante para nós sermos quilombolas.”

O protagonismo da mulher e da juventude é analisado de forma positiva na comunidade. Fator importante para o reconhecimento e valorização da participação desses sujeitos no seu território. Pois, sabe-se que a ocupação de espaços de destaque e de liderança desses na sociedade como um todo requer *resistência, ação coletiva e políticas públicas*. Contudo, o reconhecimento por parte da comunidade quilombola possibilita uma melhor relação entre as diferentes categorias de *gênero e geracional* e ainda respeito e valorização.

Na coordenação atual as mulheres e jovens estão em maior quantidade e são esses os sujeitos que lideram o povo quilombola da comunidade de Calados já titulada. O que é possível perceber ainda na fala do Dona Joana de 65 anos:

“Antes agente nem ouvia essa palavra, mas agora através desses jovens e dessa mulherada que está estudando já entendemos melhor quem somos e até ficamos famosos. Mas olha, eu tenho medo dessa fama, esse presidente aí não gosta de nós, não sei por que, só que ele vai ter que nos aguentar, ainda mais essa mulherada que está com o caramba, mas é bonito de se ver.”

A dinâmica social do campo impulsionou a formação de lideranças femininas em diferentes frentes de atuação nas últimas décadas¹³. Em *associações, sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais cooperativas, conselhos escolares, igrejas, organizações não governamentais* entre outros são alguns dos espaços que hoje já são ocupados por mulheres e jovens do campo.

Mobilizações e articulações na última década perante o Ministério Público devido a conflitos socioambientais nos territórios dos povos do campo também fazem parte. Práticas de crimes ambientais de empresas que expõe as comunidades tradicionais a toda sorte de violência no campo tem sido cada vez mais assumidas pelo protagonismo de mulheres e jovens. Por outro lado, o debate sobre feminismo e a opressão de gênero, classe e raça considerando a realidade da mulher negra ainda são temas pouco debatidos na comunidade.

De um modo geral o movimento social das mulheres vem buscando progressivamente construir enunciados e ações específicas em meio ao processo de exclusão à uniformidade da lógica capitalista e patriarcal. A participação feminina nas ações coletivas é essencial para o fortalecimento da resistência ao modelo de “desenvolvimento imposto” (Acevedo Marin, 2014).

Vale ressaltar que as mulheres são lideranças em vários lugares e vem conquistando espaço e se firmando cada vez mais na história das comunidades rurais. Na comunidade pesquisada não é diferente, a força da mulher é bastante presente na luta pela permanência da cultura quilombola no território. Com isso, os jovens passam a participar mais das ações coletivas ao notar as mulheres como lideranças na comunidade. Desta forma a união da juventude e das mulheres contribuem para o diálogo com os demais moradores da comunidade, sempre um apoiando o outro, pois o trabalho coletivo sempre foi o objetivo das mulheres que lideranças na comunidade.

¹³ Marcha das Margarida, referência da mobilização do movimento feminista e de mulheres do Campo e da floresta no Brasil. Com o objetivo da luta por igualdade de direitos.

As mulheres contribuem para ações coletivas nas comunidades e o fortalecimento dos movimentos sociais. Por meio das memórias e vozes das mulheres, percebemos as lutas por direitos, as estratégias de permanência e de retorno aos territórios. As ações de reprodução social são, portanto, atividades que criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e para a própria existência e perenidade dos movimentos sociais, tais como as políticas de alianças com outros movimentos sociais, reuniões e formação política (TEIXEIRA, 2008).

Além disso, a resistência da mulher na agroecologia é muito importante, pois além de se manter firme na luta por igualdade, ela movimenta os meios de sustentabilidade através de sua cultura e relação com o meio natural. Isso ressalta os motivos pelos quais muitas mulheres são líderes dentro de casa e no ambiente social e comunitário, motivo também que causa revolta e conflitos, mais esta é a realidade em que vivem, lutando e resistindo sempre como dona Rosa de 43 anos afirma:

“sou professora e agricultora com muito orgulho. Aqui na comunidade é muito bom de se viver, o salário de professora é muito baixo, mais dar pra nos sustentar aqui, se fosse na cidade não daria. Falo isso, porque aqui o trabalho na agricultura ajuda muito, não compramos farinha, nem legumes, dar pra colher tudo aqui, se não fosse isso, ficaria mais complicado. Nós mulheres somos lideranças dentro de casa e em outros ambientes e isso incomoda. Temos essa habilidade de conseguir dar conta de tudo, e ainda sermos uma boa mãe, coisa difícil de se ver quando se trata dos homens, mas vejo que eles se esforçam porque não gostam de ficar pra trás, porém esquecem que esse nosso jeito de lidar com os problemas já vem de muitos anos, não foi do nada.”

A agroecologia é muito presente na comunidade, mesmo que muitas famílias já estejam praticando, estas desconhecem esse sistema e muitas nem se que ouviram falar. A agricultura sendo a principal fonte de renda e alimentação das famílias, torna-se um meio pelo qual essas pessoas buscam se adaptar com o meio e esse sistema agroecológico é um deles, porém as responsáveis por essa inovação dentro da comunidade são as mulheres, que trabalham tanto em seus sítios, como no quintal de casa com hortaliças e árvores frutíferas como cupuzeiro, pupunheira, mangueira, cacauzeiro, açazeiro, urucuzeiro, cafezeiro, coqueiro, bananeira etc.

4. TITULAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CALADOS

Na garantia de direitos das comunidades quilombolas o direito ao território é central. Para isso, a titulação- um processo administrado pelo Estado- é etapa fundamental para a garantia do direito à terra, ao respeito, ao vínculo com a cultura e ancestralidade. Que segundo o Artigo 2 do Decreto 4.887/2003, são consideradas terras ocupadas por remanescentes das

comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

As comunidades remanescentes de quilombo, é e ainda são, a forma mais politizada e radicalizada de resistência do negro escravizado durante os 388 anos de escravidão vivenciados no Brasil. Esse processo de criminalização/marginalização dos quilombos no período escravocrata do Brasil jogou, ao fim da escravidão, os quilombos numa situação de invisibilidade jurídica, fato que só veio mudar com a garantia do Direito à Terra explicitado no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, ou seja, é esse fato histórico, 100 anos após o fim da escravidão, que tira os quilombos da invisibilidade jurídica.

Mais a luta continuava com o apoio de lideranças quilombolas que lutavam pelo mesmo objetivo, seu povo e seu território. Durante esses anos de invisibilidade jurídica, a população negra e quilombola, foi sujeita a várias formas de discriminação e negação de direitos pelo Estado brasileiro. Desde a LEI DE TERRAS DE 1850 (LEI Nº 601), que passava a dispor, pela primeira vez na história sobre a regularização fundiária no Brasil, uma vez que esta *Lei* restringia o acesso à terra pela compra, tentando assim, impedir, no vigor da *Lei*, que o quilombola tivesse um pedaço de chão e com isso a luta seria necessária de continuar.

A Lei de Terras de nº 601 de 1850 foi criada após um interstício de 28 anos em que o Brasil ficou sem uma norma que atendesse a questão fundiária e passava a dispor pela primeira vez na história de uma lei agrária que tinha como finalidade a regularização fundiária, principalmente no que diz respeito às terras devolutas e a questão da posse.

Com a pressão para o fim do trabalho escravo, foi editada a Lei de 1831 que proibia o tráfico negreiro, no entanto, o Brasil não obedeceu de fato, dando continuidade à escravidão e ao tráfico que, neste período, triplicou a quantidade de negros que entravam no Brasil clandestinamente. A proibição definitiva só ocorreria com a Lei Eusébio de Queiroz (1850), ocasião em que a exportação de escravos foi considerada ato de pirataria e que deveria ser punida. Nisso, com o fim do tráfico, o preço do escravo subiu exorbitantemente e, assim sucedeu nas décadas seguintes, até a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 (COSTA, 2008, p.24).

É relevante e necessário mencionar que, antes da Constituição Federal de 1988, foi criado o Estatuto da Terra Lei nº 4.504/64, o qual, apesar de ter sido criado pelas pressões sociais, que se fortaleceram na formação das ligas camponesas. Embora seu objetivo fosse a regularização da questão agrária, “No Brasil, o Direito Agrário ganha uma ênfase especial

como instrumento de modificação da injusta estrutura agrária consolidada ao longo dos séculos nos quais predominou o latifúndio” (ROCHA, Ibrahim, et al, 2010, p.67). Entretanto, nada se falou sobre os direitos territoriais dos quilombolas, permanecendo o silêncio jurídico, outrora, rompido somente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, no art. 68 da ADCT, relatado nos parágrafos anteriores. Assim, “As comunidades quilombolas são populações tradicionais, cujo constituinte definiu um especial direito de propriedade, que não pode ser negado e deve ser respeitado” (ROCHA, Ibrahim, et al, 2010, p. 119).

Mas, a ameaça e o medo incitaram a organização dos moradores em torno de associações e movimentos sociais de resistência pela defesa do modo de vida e pela garantia do uso e posse da terra. Na década de 1980 os trabalhadores se organizaram em associações como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Baião e a Associação de Pescadores de Baião (Z-34). Contaram com o apoio da Igreja Católica, entidade que fortaleceu a organização comunitária e a mobilização política.

Compreendendo todo esse trajeto da história de luta do povo quilombola no país, na cidade de Baião, Pará, existem muitas comunidades quilombolas já tituladas e uma delas é a Comunidade Quilombola de Calados.

No ano de 2002, um dos moradores mais antigos da comunidade, Sr. Zelito Moreira, fez algumas reuniões chamando os moradores para apoiá-lo no processo de legalização da associação quilombola e, reuniu as três comunidades mais próximas, Calados, Vila Dutra e Cardoso, para formarem uma associação quilombola. Neste ano foi dada a entrada nesse processo, porém, não foi concluído, ficou solto e esquecido, após sua morte, anos depois, e somente ele sabia que tinha dado entrada nesse processo.

Marcos um jovem da comunidade, em suas pesquisas em *sites* de processos seletivos, descobriu que a comunidade de Calados, estava na lista das comunidades quilombolas do município, porém, faltava encaminhar seu histórico e posteriormente com o consentimento e apoio dos moradores da mesma, legalizá-la.

Depois disso, Marcos informou alguns representantes da comunidade sobre a situação da mesma e seu processo de titulação e regularização que estava em andamento. Então, os jovens da comunidade foram acionados para convocarem os moradores a uma reunião para saber se os mesmos eram de acordo em dar seguimento e em seguida, a *MALUNGU*¹⁴, foi

¹⁴ A palavra *MALUNGU* tem origem africana e significa COMPANHEIRA (O), PARCEIRA (O), isto é, pessoa com a mesma condição. a *MALUNGU* (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará), organização que é referência na luta em defesa dos direitos (humanos) fundamentais das comunidades quilombolas no estado do Pará.

acionada para explicar em uma assembleia com a comunidade, como teriam que fazer para dar seguimento ao processo.

É uma organização de referência na luta em defesa dos direitos humanos fundamentais das comunidades quilombolas no estado do Pará. Por isso, todo processo de titulação, regularização das comunidades quilombolas devem ter o apoio dela para que as coisas possam acontecer de forma mais orientada tendo resultados positivos no processo.

Reconhecida mundialmente, sua organização é composta por lideranças quilombolas e esse reconhecimento é fruto do esforço de cada uma das lideranças, daí sua importância. Atualmente, a *MALUNGU* congrega cerca de 200 (duzentas) *associações quilombolas* que representam mais de 528 *comunidades*, localizadas em 65 *municípios do Pará*.

Os processos são abertos pelas superintendências do Incra, por pedido dos próprios quilombolas. Para dar início ao processo de titulação, a comunidade deve obter junto à Fundação Cultural Palmares a Certidão de Registros no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades quilombolas.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) emerge da ação dos movimentos sociais negros, no bojo do processo de redemocratização. Desde 1988, sua missão institucional é resguardar e promover o patrimônio cultural da população negra do Brasil, incluindo-se entre suas atribuições, desde 2003, a titulação das terras quilombolas - o que confere ainda mais relevância à instituição, não somente no aspecto cultural, como também para o estabelecimento de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Desde o seu surgimento, em 1988, essa instituição foi presidida por grandes nomes da cultura e intelectualidade negra, como Joel Rufino dos Santos (gestão 1994-1996), Dulce Maria Pereira (1996-2000), Ubiratan Castro de Araújo (2003-2007), entre outros, (RIOS, 2014).

O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Esclarecemos que esta FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram.

Para isso, três documentos são exigidos, de acordo com a **Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007**: Ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como

ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP.

Outros documentos podem ser agregados, a critério da comunidade solicitantes, como fotos, registros de nascimento e óbito, títulos de propriedade ou posse, pesquisas e reportagens.

Ao contrário do que se pensa e em conformidade com o que já explicamos, as visitas técnicas só ocorrem em casos excepcionais, quando a equipe técnica se depara com dúvidas insanáveis por meio de trabalhos de gabinete ou com denúncias realizadas pelo próprio movimento social, órgãos de governo, ministério ou defensoria pública.

Após durante a assembleia, escolhidos(as) e/ou indicados(as), pessoas para assumirem os cargos de Presidente; Vice-presidente; Primeira(o) Secretária(o); Segunda(o) Secretária(o); Primeira(o) tesoureira(o); Segunda(o) tesoureira(o); Conselho fiscal e demais secretarias.

A comunidade de Calados, município de Baião-PA, é rica em conhecimentos tradicionais e culturais, além dos conhecimentos voltados para a questão econômica que contribui com o modo de vida das famílias quilombolas. Pensando nessas questões, principalmente na cultural, houve a ideia de titular a comunidade como quilombola, já que a mesma já era reconhecida.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas tomam-se referências na luta por direitos e permanência da cultura local, e este trabalho mostra os percursos seguidos para que tais direitos sejam alcançados e os caminhos que precisam seguir. São essas resistências que permitiram com que os resultados da pesquisa fossem alcançados, compreendendo cada espaço no meio social da comunidade, fatores importantes para uma pesquisa. E no decorrer do tempo vão contribuindo para melhor entender como o povo da comunidade remanescente de quilombo de Calados continua se firmando enquanto povo quilombola.

Os conhecimentos e experiências de luta e resistência na comunidade remanescente de quilombo de *Calados* contribuíram ainda para as famílias se organizarem neste período pandêmico, onde usaram como estratégias o fechamento da comunidade quando a *covid-19*, já estava espalhada no mundo com muitas vítimas fatais.

Ressalte-se a capacidade efetiva de organização, nos gestos de solidariedade e de cooperação financeira, no plano comunitário, com base. Nas buscas de projetos, em doações

em redes de cestas básicas, de máscaras, de luvas, de inaladores, de álcool gel e outros produtos de higiene.

Sem dúvida, a pandemia teve seu impacto reduzido e atingiu um número de vítimas fatais em virtude destas formas organizativas e de controle do acesso às comunidades, aldeias e bairros pelo efeito de mobilizações comunitárias eficientes. Os efeitos da pandemia da Covid-19 são bastante amplos nos quilombos pois afetam as relações sociais e tem denotado a incapacidade do Estado no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas na área da saúde em seu aspecto global.

Esse é um dos pontos mais importantes após a titulação da comunidade como território quilombola, pois se não fosse os inúmeros projetos aprovados, as famílias teriam passados por dificuldades ainda maiores. Todos tiveram a oportunidade de receber *kits* de higiene e cestas básicas para ajudar na alimentação.

Outra conquista importante, foi a entrada de muitos jovens nas *universidades públicas*. Através da associação muitos tem acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade. Fazendo com que estes possam ver a educação como forma para fortalecer os conhecimentos que tem e a forma como vivem na comunidade.

Após a titulação do território da comunidade quilombola de Calados, muitas portas se abriram, mulheres, tem a oportunidade de estar em palestras ressaltando a importância da cultura e do movimento de mulheres e jovens. Além de uma maior valorização de quem somos, de onde somos e o que queremos conquistar.

O novo posto de saúde é uma conquista já após a titulação, pois a comunidade viu a necessidade de se ter o posto de saúde de volta, que antes funcionava em casa alugada, se uniu, cobrou do prefeito e entraram em parceria para que o posto fosse construído e que logo em seguida, voltasse a funcionar, figura VI.

Figura VI: Posto de saúde da comunidade



Fonte: CC Santa Maria, 2021

Hoje a comunidade tem o posto de saúde com dois técnicos e um coordenador. Além disso, são realizados mutirões na comunidade, organizadas pelos próprios moradores e com o apoio das organizações que existem na comunidade, tanta a Igreja católica, evangélica, associação quilombola e os próprios moradores com trabalhos voluntários e doações de alimentos, figura VII.

Figura VII: Ação coletiva, momento da refeição



Fonte: CC Santa, 2021

Muitas ações que acontecem na comunidade, são promovidas pelos próprios moradores, está é uma relação importante com o meio em que vivem, e manter a realização de diversas atividades que contribuem para o fortalecimento da identidade do povo que é quilombola, como mostra a figura e VIII e IX.

Figura VIII: limpeza nas ruas



Fonte: CC Santa Maria, 2021

Diante disso, ressalta-se o papel das mulheres e dos jovens na comunidade remanescente quilombola de Calados quanto aos movimentos onde os mesmos fazem as ações voltadas para as crianças, como natal solidário, figura X, com os jovens, que é a permanência do cursinho popular com professores voluntários da própria comunidade, além da participação em assembleias, encontros regionais e encontros de formação que ocorrem de forma interna e externa.

Figura IX: Registro do natal solidário



Fonte: Medeiros, 2021

A união da comunidade como um todo, são os maiores resultados da pesquisa, pois é através desta união comunitária que se conquista os direitos pela terra, pela vida e pela igualdade de raça, de cor e de gênero. As especificidades existentes dentro da mesma faz com que suas raízes se fortaleçam cada vez mais e se firmem enquanto um povo do campo, que é ribeirinha, quilombola e extrativista.

6- REFERENCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas de Burajuba: lutas identitárias

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins**. Estud. av., São Paulo, v. 24, n. 68, 2010 . Disponível em . acessos em 28 maio 2010. doi: 10.1590/S0103-40142010000100020.

ALMEIDA, A. Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei no 9394/96). Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

COSTA, G. S. Desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia. Belém: Naea/UFPA, 2006.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Diretrizes gerais de ações pastorais. São Paulo: Paulinas, 1980

Direção da Faculdade de Educação do Campo (CUNTINS/UFPA). **ORIENTAÇÕES PRELIMINARES PARA PRÉ-PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**.(2021) Em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas

Faculdade de Educação do Campo (CUNTINS/UFPA). **Modelo de Projeto de pesquisa**, (2021).

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Relatório de Acervo 01. Disponível em: < <https://www.palmares.gov.br/?p=57836>> Acesso em: 29/11/2021.

<http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>

<https://conaq.org.br/noticias/conaq-lanca-boletins-informativos-com-proposito-de-diagnosticar-problemas-em-comunidades-quilombolas/>

Maria Aparecida de Moraes Silva. Socióloga, professora livre-docente da UNESP, pesquisadora visitante do PPG/Geografia/USP e pesquisadora do CNPq. maria_moraes@terra.com.br

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec-ABRASCO,1992. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes / Dulce C.A. WHITAKER, 2002. p, 124.

OLIVEIRA, M. de L.S. Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento Gerais / Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. – 2006.

ROCHA, Ibraim. et al. Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

RIOS, Flavia Mateus. Elite política negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SUNDFELD, Carlos Ari. Comunidades quilombolas – direito à terra (artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias). Brasília: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura: Editorial Abaré, 2002. p, 78-79. e territoriais. Relatório Antropológico da Comunidade quilombola de Burajuba. UNAMAZ, UFPA, Belém, 2013.

TEIXEIRA, M. A. S. Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015). 2018. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,

www.cpis.org.br www.palmares.gov.br

[Comunidades Remanescentes de Quilombos \(CRQ's\) – Fundação Cultural Palmares](#)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/ CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES: O PROCESSO DE RECONHECIMENTO,
PERTENCIMENTO E TITULAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
CALADOS, BAIÃO-PARÁ**

Roteiro de entrevista!

Perguntas para os/as Representantes da associação

- 1- Quantos associados possui a associação?
- 2- Quantas famílias?
- 3- Para você, qual a importância de se ter um território quilombola titulado?
- 4- Quais os desafios encontrados nesse processo de reconhecimento e titulação da comunidade Quilombola?
- 5- De que forma a ausência do estado interfere na busca por direitos de uma comunidade titulada?
- 6- Como vocês fazem a relação entre associação e o meio social?
- 7- E o diálogo, com a comunidade em geral, como ocorre?

Perguntas para os moradores e moradoras da comunidade

- 1- Você mora na Comunidade desde quando?
- 2- Como era a comunidade antes de ser titulada?
- 3- Vocês acreditam que as mudanças durante o processo de titulação da comunidade, foram positivas ou negativas?
- 4- Os avanços foram importantes para o território quilombola da comunidade?

5- Você acredita que as mudanças ocorridas ao longo desse tempo, interferem na questão cultural? Se sim, essa mudança é considerada positiva ou negativa?

6- Como você compreende a questão econômica nesse processo? Houve mudança? Se sim, quais foram?

7- Quanto aos projetos, como você entende a importância dele para a comunidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/ CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Carta de Apresentação da discente pesquisadora

Cametá/PA, 03 de setembro de 2021.

Prezado (a) _____

Por meio desta apresentamos a discente Gildete Freitas Medeiros, do 9º semestre do **Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza**, devidamente matriculada – 20167640005- nesta instituição de ensino superior, que está realizando a pesquisa intitulada “**RESISTENCIA QUE ATRAVESSA GERAÇÕES: TITULAÇÃO E RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALADOS, BAIÃO-PARÁ**”

Através deste viemos solicitar sua autorização para execução e coleta de dados/informações em sua instituição/entidade. Quando a discente apresentará roteiro de perguntas semiestruturadas cujas respostas contribuirão para o desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, pré-requisito para obtenção de título de graduação em Licenciatura em Educação do Campo.

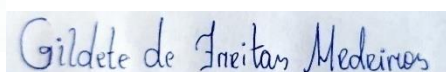
Gostaríamos de informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do entrevistado. Assim como destacar que as medidas necessárias de segurança sanitária serão tomadas durante a realização da pesquisa dado o contexto pandêmico no país.

Ainda queremos afirmar que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento desta pesquisadora em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados do trabalho de pesquisa. Por isso, solicitamos-lhes também permissão para a divulgação dos e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta futura profissional da educação do campo e da pesquisa científica em nossa região do Baixo Tocantins. Colocamo-nos à vossa disposição na UFPA/ Campus Universitário do Tocantins ou outros contatos, conforme segue:

Celular da Professora/Pesquisadora: (91) 99263-9411 E-mail: silvaneide@ufpa.br

Agradecemos antecipadamente.



Professora/Orientadora

Discente/Pesquisadora